



Uma proposta de análise de fontes visuais para sala de aula: O refinamento da brutalidade da escravidão brasileira na arquitetura das plantations de café no Vale do Paraíba

Eduardo Gomes de Souza

Prof. de Língua Portuguesa - EMEF Assad Abdala - DRE Penha
Prof. de História - EMEF Guilherme de Almeida - DRE Penha

RESUMO



O presente artigo debaterá a construção da segregação social e racial no Brasil a partir do estudo de fontes visuais da arquitetura das plantations de café do Vale do Paraíba. Esse trabalho tem como objetivo desconstruir o mito da democracia racial presente na sociedade brasileira a partir da análise dessas fontes que revelam a violência, o controle, o poder e a segregação socioespaciais forjados na sociedade brasileira desde os tempos coloniais. Esse debate se faz necessário nas escolas de ensino básico para que se possa confrontar os discursos que reproduzem o mito da democracia racial e que não são capazes de enfrentar as consequências históricas da escravidão no Brasil.

Palavras-chave: descolonização do currículo; fontes visuais; segregação socioespacial; escravidão, controle social.

Por uma mudança do olhar: por que uma proposta de análise do regime visual das plantations de café em sala de aula?

O mito da democracia racial forjou culturalmente a sociedade brasileira após a falência das teorias explicitamente racistas que legitimaram a escravidão e as teorias eugenistas do final do século XIX. No entanto, a ideologia da “democracia racial” em vez de enfrentar a *racialização* da sociedade nada mais fez que encobrir o racismo que se entranhou desde a invasão europeia e se consolidou com a instituição da escravidão. Como afirma Nilma Lino Gomes (2007), é esse próprio mito que deixa veladas as relações raciais e é responsável pela reprodução do racismo, pois nunca o enfrentou. Essa marca estruturou a sociedade brasileira e impede que se constitua uma sociedade efetivamente democrática. Diante desse cenário, a escola, como espaço de formação democrática, tem que assumir uma posição antirracista e desvelar esse mito que não permite que a sociedade brasileira reflita e enfrente as sequelas da escravidão.

Uma das estratégias pedagógicas para enfrentar esse mito é reconstruir a história da escravidão por meio do estudo de fontes históricas, trazer o debate sobre as expressões de violência e sobre como ela, e sua ideologia racista, estruturou a sociedade. Para isso, é necessário enfrentar de uma vez

as ideologias racistas e superar as ideologias da democracia racial. Ou seja, é necessária uma descolonização curricular que enfrente os legados do racismo das teorias eugenistas e que supere a interpretação inaugurada por Gilberto Freyre (2006) no início do século XX, na qual afirma que a escravidão no Brasil havia tido contornos muito dóceis e brandos na relação senhor-escravo. Essa interpretação acabou por tornar-se hegemônica e colaborou com o surgimento do mito da democracia racial no Brasil. O autor teceu algumas interpretações procurando concluir que houve uma docilidade na escravidão à brasileira e uma consequente integração racial que a escravidão não havia impedido na sociedade brasileira, livre que era de qualquer lei que a segregasse racialmente. Segundo ele, “na verdade, a escravidão no Brasil agrário-patriarcal pouco teve de cruel. O escravo brasileiro levava, nos meados do século XIX, quase vida de anjo, se compararmos sua sorte com a dos operários ingleses, ou mesmo com a dos operários do continente europeu, dos mesmos meados do século passado” (FREYRE, 1964 [1922], p. 98).

Porém, principalmente na década de 1960, diversos historiadores e cientistas

sociais, como Florestan Fernandes (1978), criticaram suas conclusões, demonstrando que a sociedade brasileira não havia integrado o negro e que, muito menos, era livre de racismo. Outros procuraram desvelar o cotidiano das plantations escravistas e concluíram que, pelo contrário, nada havia de dócil nas relações senhor – escravizado. Segundo Stanley Stein, “em fazendas isoladas, no meio de muitos escravos, os fazendeiros sentiam a insegurança de sua situação. Muitos declaravam abertamente que ‘o escravo é nosso inimigo irreconciliável’” (STEIN, 1980, p. 159).

Portanto, este trabalho pretende provocar para que, em sala de aula, seja possível, por meio da análise de fontes visuais da arquitetura das fazendas de café (plantations), desvelar junto com os estudantes a ideia de docilidade nas relações escravistas no Brasil colonial e combater as narrativas de grupos dominantes de que

“não há dívida histórica do Estado brasileiro com a população negra”. Para isso, é

necessária a análise dos padrões do regime visual das plantations cafeeiras do Vale do Paraíba, tendo como paradigmáticos alguns casos, como a Fazenda Resgate e Boa Vista (Bananal), a Fazenda Pau-Grande e Boa Esperança (Paty do Alferes) e a Fazenda Flores do Paraíso (Valência).

As principais referências que subsidiam essa proposição são dos estudos realizados por Dale Tomich e Rafael Marquese, que estudaram as plantations da segunda

escravidão de três potências de produção agrícola escravista do Atlântico: EUA, Cuba e Brasil. Por isso, muitas vezes neste texto recorrerá a comparações com Cuba e EUA, essa proposição de análise também recorrerá, evidentemente, a outros autores e cabe destacar às pesquisas de Stanley J. Stein e Ricardo Sales sobre o Município de Vassouras.

Para tal, as definições acerca da categoria de “regime visual”, de Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, são caras para a análise que se propõe, pois atendem aos objetivos de descolonização curricular, propostos para a mediação do trabalho em sala de aula. O método de análise das fontes visuais, outrora empregado, e ainda muito presente nos livros didáticos, estava preocupado com o objeto ensimesmado (as imagens, circuitos de produção, circulação e consumo), o que não seria útil à análise aqui proposta. Menezes (2005), por sua vez, propõe que o foco se volte à compreensão da visualidade na sua “dinâmica social”, observando algumas dimensões:

1. O visual: dimensão que compreende os sistemas de comunicação visual, os ambientes visuais da sociedade em estudo [...] as condições técnicas, sociais e culturais de produção, circulação, consumo e ação dos recursos e produtos visuais.
2. O visível: dimensão que compreende o domínio do poder e do controle, o ver / ser visto, dar-se / não se dar a ver, os critérios normativos de ostentação ou discrição – em suma, de visibilidade ou invisibilidade.
3. A visão: compreende os instrumentos e técnicas de observação, o observador e seus papéis, os modelos e modalidade do olhar.

Por fim, é importante ressaltar que o presente trabalho se apresenta dividido em duas partes: a primeira, que insere o Vale do Paraíba no contexto da economia-mundo da Revolução Industrial do século XIX e da segunda escravidão que, para além de contextualizar o objeto (plantations de café), procura



fundamentar o debate sobre o tema, tomando como chave teórica uma terceira via para além da querela entre os teóricos do “paradigma dependentista” e os teóricos do “arcaísmo”. A segunda, que pretende analisar o regime visual das plantations do Vale do Paraíba – usando as referências comparativas de Cuba e Sul dos EUA – procurando compreender o

porquê e como foram pensadas e constituídas essas unidades que compartilhavam entre si perfis e padrões somente explicáveis se entendidos como respostas – não cópias puras, muito menos negação – ao contexto global e complexo da economia-mundo da Revolução Industrial do século XIX, interpretado e adaptado ao contexto local.

Escravidão, economia cafeeira e o capitalismo no século XIX: é preciso reconhecer as estruturas e conjunturas que mantiveram a escravidão e perpetuaram a ideologia colonial

Na tradição do debate historiográfico sobre a montagem da cafeicultura brasileira do século XIX, podemos observar alguns modelos interpretativos que se contrapõem e se complementam.

A primeira chave de interpretação é a do “paradigma dependista”. Essa chave procurou relacionar a cafeicultura à crise da mineração. De acordo com essa interpretação, o café, plenamente adequado às condições naturais do Centro-Sul do Brasil,

começou a ser produzido em larga escala no momento em que a demanda mundial aumentou, após a revolução escrava de São Domingo e o arranque da industrialização nos países centrais, mobilizando, para tanto, os recursos ociosos – capitais e escravos derivados da crise da mineração (MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 343).

Dentre os estudos sobre o tema, podemos apontar os de Caio Prado Junior, Roberto Simonsen, Celso Furtado, Stanley Stein, entre outros. Suas interpretações parecem colocar o café como o “destino manifesto” do Brasil. Para esses, a economia passava por ciclos que se encadeavam linearmente dando

um lugar ao outro, a partir de exigências externas, sem rupturas ou especificidades conjunturais. Os sujeitos (senhores escravistas e escravizados) não eram agentes do jogo político, social e econômico, eles, passivamente, apenas obedeciam a regras determinantes que demandavam as estruturas da economia mundial capitalista. Em suma, esse modelo ressaltava no passado colonial brasileiro seu caráter escravista, agroexportador e voltado para a geração de riquezas nos centros da economia mundial capitalista.

Alguns esforços de revisão desse modelo surgiram a partir da década de 1970, com a verificação empírica de que a mão de obra escravizada não era oriunda das antigas zonas de mineração, mas oriundas dos investimentos feitos no crescente tráfico de escravos. Podem-se destacar alguns autores dessa vertente revisionista, como João Fragoso e Manolo Florentino (2001).

Porém alguns problemas surgiram nessa revisão. Fragoso e Florentino (2001), com base na constatação de que a expansão cafeeira no Vale do Paraíba se deu em um contexto de baixa dos preços do café, interpretou que o

capital acumulado nas mãos de grandes negociantes residentes no Rio de Janeiro – que monopolizaram o tráfico negreiro transatlântico e operavam o mercado interno – foram “reinvestidos em larga escala na produção escravista de fronteira, a despeito de sua lucratividade menor em relação às atividades mercantis” (2001, p. 33). Isso só aconteceu, pois, segundo os autores, esses “senhores” teriam sido impulsionados por um ideal “arcaico” no qual a posse de terras e homens era visto como sinal decisivo de distinção social. Ou seja, nessa interpretação, forças estruturais externas, tais como o mercado mundial, nada influenciaram na montagem da cafeicultura brasileira. Essa montagem fora única e exclusivamente realizada por um ideal arcaico de “status” do Antigo Regime, que colocava a terra e a posse de escravizados como essência da vida econômica e social.

A crítica a esse modelo consiste na impossibilidade de compreender esse processo sem se remeter a processos globais mais amplos, examinando suas interconexões com as condições locais. Diante dessa constatação, surge um outro modelo teórico, no qual podemos destacar os estudos de Dale Tomich (2011).

Esse autor afirma que a economia cafeeira – assim como a de outros países agroexportadores como Cuba e EUA – não pode ser tomada de forma isolada, mas sim na arena mais ampla da economia-mundo, na qual os espaços produtivos mundiais se formaram um em relação ao outro. Dale Tomich (2011) também considera que a formação da cafeicultura escravista brasileira dependeu de ações políticas concertadas, no plano da esfera nacional, para criar as condições institucionais necessárias ao arranque da atividade e ao consequente controle do mercado mundial do produto.

Os historiadores Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron, em estudo publicado sob o título “Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790 – 1850” (2010), afirmam que esse contexto incidiu fundamentalmente no campo da política da escravidão. Ou seja,

sem a existência de quadro político interno que desse segurança política e jurídica aos senhores possuidores de escravizados, diante da ilegalidade do tráfico negreiro, a cafeicultura brasileira não teria despontado no mercado mundial. Em outras palavras, o Estado brasileiro, influenciado pela economia-mundo, estendeu a escravidão para competir no mercado externo, fazendo com que a escravidão se entranhasse ainda mais na sociedade brasileira.

Dessa forma, a montagem da cafeicultura brasileira se fez possível para atender às demandas da economia-mundo e precisou de ações no campo da política para manter e institucionalizar a escravidão. Essas conjunturas, somadas às revoluções de São Domingo e às pressões pelo fim do tráfico de africanos escravizados, romperam com as estruturas históricas e constituíram o que Dale Tomich (2011) conceituou como a segunda escravidão, que foi implantada e mantida pelos Estados Nacionais dentro da lógica de livre mercado, em um esquema de reprodução do capitalismo industrial. Segundo Marquese (2010, p. 84), “a exploração desses escravos envolveu novas formas de coordenação do processo de trabalho e de produção, com impacto imediato sobre a organização dos ambientes construídos das plantations cafeeiras”.

Portanto, é caro lembrar que essa “segunda escravidão” foi sustentada pelo capitalismo industrial e institucionalizada pelo Estado brasileiro independente. Ou seja, ao contrário do que afirmam alguns grupos políticos atualmente, temos sim uma dívida histórica com os povos escravizados. Essa remontagem da escravidão, por sua vez, provoca um recrudescimento da violência e da segregação na tentativa de manter o controle da população escravizada.

Essa reorganização atravessa a vida cultural, social e, principalmente, política do país e reflete na organização socioespacial da sociedade brasileira. As fazendas produtoras de café (plantations),

por exemplo, passam a ser constituídas de enormes terreiros, amplas senzalas isoladas da casa-grande e casas de vivenda monumentais. Por isso, as fontes históricas que ilustram a arquitetura dessas plantations são potentes para o debate em sala de aula do contexto da segunda escravidão

perpetrada pelo Estado brasileiro e pelo capitalismo mundial, ao mesmo tempo que iluminam como a segregação socioespacial se constituiu na sociedade brasileira por meio de um projeto político que visava beneficiar a elite, os “barões do café”, que outrora foram tidos como heróis nacionais.

Casa-Grande para ver e ser vista: o que revela o regime visual da plantation cafeeira do Vale do Paraíba?

A tradição da casa-grande, como vimos nas plantations do século XIX no Brasil, EUA e Cuba, remontam ao início da Idade Moderna. Os trabalhos de Reinhard Bentmann e Michael Muller (*apud* Marquese, 2006) demonstram que a sistematização do movimento arquitetônico palladiano, que procurou trazer para o mundo moderno as linhagens da villas romanas do mundo antigo, “foi em grande parte uma resposta das elites mercantis venezianas à crise que abateu sobre a economia de sua república como os descobrimentos marítimos da passagem do século XV para o XVI” (MARQUESE, 2006, p. 12). Para aqueles autores, a edificação hierárquica dos elementos constitutivos da villa remetia a uma representação em ponto pequeno de um reino autônomo.

As marcações simbólicas na arquitetura dessas villas eram imprescindíveis para imprimir no espaço o status e poder que procuravam conservar. Essas villas ao estilo palladiano foram construídas para “poder ver” e “ser vista”. A proposta de Andrea Palladio é totalmente voltada à apropriação ideológica das formas clássicas para o domínio, a partir da norma estética, sobre as classes.

Essa linguagem arquitetônica foi apropriada em muitos contextos, como o veneziano, o escravista, o imperialista, o capitalista e, ainda hoje, podemos vê-la reverberar nos empreendimentos imobiliários que usam

essas marcas na arquitetura dos grandes condomínios que segregam a cidade, como se fossem villas, pequenos reinos autônomos. Nas palavras do historiador Rafael Marquese (2006), “esse caráter político e ideológico do palladianismo, somado à grande adaptabilidade de seu vocabulário estilístico, foram dois fatores que, a partir do século XVIII, permitiram sua adoção mais sistemática por senhores de escravos no Novo Mundo” (MARQUESE, 2006, p. 14).

O palladianismo, portanto, surgiu como inspiração às novas demandas da gestão



agrícola e do trabalho (economia mundo industrializada, produção em larga escala, grande concentração de mão de obra escravizada, busca por legitimação política da ilegalidade do tráfico de africanos escravizados), sendo combinadas com novas modalidades de construção do espaço de produção e moradia. As mensagens que eram visualmente expressas no design das propriedades eram indicações mais do que claras da procura por uma dominação senhorial que requeria, ao mesmo tempo, esconder a submissão do trabalhador negro e abrir-se ao visitante branco. Para tais objetivos, havia na arquitetura das casas-grandes do Vale do Paraíba cafeeiro o refinamento da brutalidade, expresso por meio de uma disposição arquitetônica, com evidente objetivo de querer ver e ser vista, seguindo a ordem de controle e de ostentação, com um caráter de poder que submetia os outros que não eram os seus (escravizados, população, Império), e que, por fim, trazia em si um traço de identidade: a unidade e laço entre a classe senhorial.

O terreiro ocupa sempre lugar central na organização da plantation, expressando que a unidade autônoma tinha como processo principal o trabalho, a produção. Os outros elementos que compõem a arquitetura da plantation estão organizados ao seu redor, com centralidade à casa-grande. É dela que pode se ver (controlar) todo o processo de produção e de sociabilidade da plantation e é ela que se mostra aos que chegam. Ela é constituída em formato de U, formatação ao estilo palladiano, na qual sua parte frontal simboliza a cabeça da unidade (tudo vê, tudo controla, por todos é vista) e suas partes laterais os membros, fazendo menção ao processo produtivo.

A parte frontal da casa-grande traz elementos neoclássicos reconstituídos no palladianismo: pilares cilíndricos, porta em arco-pleno e um toque de refinamento que o clássico traz, refinamento acompanhado de grandiosidade e imponência, marcando

o lugar social daqueles que residem na casa-grande e dos que a observarão. A imponência vem marcando um lugar social, logo ela segrega, separa, distribui e controla. Refinamento aqui vem também acompanhado do controle e da brutalidade que dele advém.

A senzala em quadra. Esse tipo de senzala é uma construção que limita e confina os escravizados, podemos também observar essa construção nos barracões da plantation açucareira de Cuba.

Do lado de dentro da quadra, pode-se notar o terreiro marcando o cotidiano dos escravizados. Ao alto, a força imponente e ativa da casa-grande. Marcando esse mundo fechado, a cabeça do formato palladiano U estaria representando esse senhor que é dono dos corpos escravizados, mas que também retroalimenta a imagem paternalista de mantenedor desse microcosmo.

De maneira diversa dos EUA, que não contava com a possibilidade de alforrias aos escravizados e, por isso, tinha uma marcação racial bem definida de quem era livre e quem não era, no Brasil e em Cuba, por causa da possibilidade das alforrias, procurou-se confinar os escravizados para que não desbandassem como libertos. Assim, o formato de quadra colaborava com os propósitos das plantations de ambos os países. Marquese (2006, p. 49) sintetiza: “pretendiam com isso aumentar o controle sobre uma escravaria majoritariamente africana em um contexto de sobreexploração do trabalho e de incremento da resistência cativa”. Dessa forma, as populações escravizadas estavam segregadas no contexto socioespacial e fadadas a conviver nesse mundo limitado ao microcosmo da casa-grande e senzala.

Segundo Marquese (2006), essas “cidades em ponto pequeno” funcionavam, ao fim e ao cabo, como um dos principais vetores do poder social e político de seus senhores sobre as comunidades locais. Tanto é que podemos notar em algumas propriedades alamedas

com palmeiras imperiais na pretensão de estabelecer uma associação visual entre suas fazendas e a cidade imperial do Rio de Janeiro.

De fato, a elite cafeeira conseguiu estabelecer essa relação, impondo à corte Imperial

o eixo estruturante das políticas entre as décadas de 1820 e 1870: escravidão e política andaram lado a lado durante grande parte do século XIX, tanto no Brasil quanto em Cuba e EUA.

Muito além dos barões do café: compreendendo o projeto político do Brasil do século XIX e descolonizando o olhar em sala de aula

O poder econômico e social das elites cafeeiras escravistas sustentou e foi sustentado pelo projeto político brasileiro no século XIX, a partir de relações imbricadas com a Corte. Isso se expressa, por exemplo, na distribuição de títulos nobiliárquicos desde 1808 que, não por um acaso, aumentam substancialmente com D. Pedro II, que distribuiu 76,81% do total dos títulos nobiliárquicos entregues para angariar apoio das elites cafeeiras, segundo pesquisa realizada pelo historiador José Murilo de Carvalho (2011, p. 257). No caso dos títulos de baronato, foram concedidos 818 títulos por Dom Pedro II, dos 891 títulos existentes no total. Ou seja, diferente da imagem mítica que se construiu – e que se reproduz até hoje – em torno da figura de D. Pedro II, não foi ele o gestor sóbrio, um intelectual antiescravista, e sim, um político que apoiava e era apoiado pela elite cafeeira escravista. Elite essa que nada tem de heroica na construção da sociedade brasileira.

É preciso, portanto, nas escolas, problematizar essas questões que habitam o imaginário brasileiro, pois essas imagens ainda estão presentes em produções televisivas, cinematográficas e em livros didáticos e paradidáticos presentes nas escolas. É necessário, então, mediar nas salas de aula a construção de uma consciência histórica

decolonial para desvelar os mitos que encobrem a responsabilidade do Estado brasileiro e das elites na tentativa de isentá-los da dívida histórica relativa às populações escravizadas e seus descendentes. É necessária a tomada de consciência histórica crítica contra a reprodução de mitos que mais encobrem do que revelam a realidade da sociedade brasileira. Nas palavras de Paulo Freire (2016, p. 100), é necessária uma educação problematizadora “um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham”.

Segundo Nilma Lino Gomes, esse conflito ocupa o centro de toda experiência pedagógica emancipatória:

Ele serve antes de tudo para tornar vulnerável e desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes e para olhar o passado através do sofrimento humano, que, por via deles e da iniciativa humana a eles referida, foi indesculpavelmente causado. Esse olhar produzirá imagens desestabilizadoras, susceptíveis de desenvolver nos estudantes e nos professores a capacidade de espanto e de indignação e uma postura de inconformismo. (GOMES, 2012, p. 105).

Para a autora, essas capacidades são necessárias para olhar com empenho os mode-

los dominados ou emergentes por meio dos quais é possível aprender um novo tipo de relacionamento entre saberes e, portanto, entre pessoas e entre grupos sociais. Para ela, “poderá emergir daí um relacionamento mais igualitário e mais justo, que nos faça apreender o mundo de forma edificante, emancipatória e multicultural” (GOMES, 2012, p. 108). Educar objetivando essas capacidades faz-se necessário para desconstruir criticamente discursos colonizados como os que podemos observar em obras paradiáticas, muitas vezes presentes nos acervos escolares, que retratam, por exemplo, a arquitetura de fazendas do século XIX; exemplo disso, é a obra de José de Lima, que retratou a fazenda das Antinhas¹.

O recorte é revelador dessa visão acrítica e colonizada que ainda está presente em alguns materiais didáticos encontrados no Brasil. Primeiro, é acrítica porque traz uma fonte histórica, sem considerá-la como fonte, mas como ilustração e, por isso, não a considera passível de análise, apenas de contemplação. Como discutimos anteriormente, o fato de as edificações serem próximas tem um objetivo que é distante da ideia de proximidade social, como pode dar a entender a descrição. Compreendendo o contexto político e social do século XIX, pode-se interpretar que essa arquitetura possibilitava maior controle e confinamento das populações escravizadas.

Segundo, é colonizada, pois no comentário da legenda a autora afirma “ela [a fazenda] foi vendida pelo visconde [de São Laurindo] depois da abolição da escravidão, em 1888, que arruinou não só esse rico senhor, mas também vários outros nobres cafeicultores” (FARIA, 2005, p. 31). A visão colonizada aqui é clara e não necessita de

muitos apontamentos, faz-se apenas necessário lembrar que esse material paradiático se encontra, talvez nesse exato momento, nas mãos de algum estudante e ele está tendo contato com uma interpretação colonizada que analisa o fim da escravidão como negativa, que se solidariza com os “ricos senhores” e os coloca como “nobres cafeicultores”, e não como escravistas que atravancaram o desenvolvimento econômico, político e social do Brasil.

Os professores e professoras sabem do apelo que as imagens têm nos livros didáticos, e na vida dos estudantes, ensinar e aprender a lê-las, interpretá-las e analisá-las com um viés crítico e descolonizado, faz-se urgente.

É importante ressaltar que essa mudança não se dará sem tensões. A descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. (GOMES, 2012, p. 108).

Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras, o currículo e a formação docente. Porém, Nilma Lino Gomes (2012, p. 109) nos alenta “é importante considerar que há alguma mudança no horizonte. A força das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos tende a aumentar cada vez mais nos últimos anos.” E é aqui que os professores e professoras se fazem ativos e propositivos: tencionando a descolonização dos currículos no chão escola.

¹ José de Lima, Fazenda das Antinhas, Bananal, SP, óleo sobre tela, c. 1870, 90 x 163 cm. (SETUBAL, 2004, p. 160). Acervo de Maria Aparecida Rezende Gouveia de Freitas, São Paulo. Fotografia de Romulo Fialdini.

Conclusão

Ao analisar a arquitetura das plantations do Vale do Paraíba, pode-se afirmar que houve interconexões entre elas e as de Cuba e EUA em sua arquitetura (estilo palladiano) e ideal (identidade, status social, controle e poder), mas que também houve leituras apropriadas ao contexto específico desse grande circuito econômico (cultural e social) que se deu no Segundo Atlântico. Assim, estavam equivocadas tanto as interpretações “dependentistas” que acreditaram apenas na força das estruturas externas, quanto as que acreditaram na força do movimento de um projeto “arcaico”, ficando evidente que uma terceira chave interpretativa pode ser mais potente para as futuras pesquisas sobre a montagem da cafeeira no Vale do Paraíba.

Essa chave interpretativa deve levar em consideração que a economia cafeeira esteve inserida em um contexto mais amplo que foi o do Segundo Atlântico dentro da economia-mundo da Revolução Industrial, mas não apenas respondendo passivamente às suas exigências, mas resignificando suas demandas. Porém não de maneira “arcaica” como entendeu certa revisão, e sim de maneira inovadora, relendo modelos de sucesso (arquitetura palladiana, plantation, escravidão) e os adaptando ao contexto.

Portanto, para resignificar essas demandas, foi preciso reinventar a escravidão. A reinvenção da escravidão pelas políticas do Estado brasileiro foi fator essencial para que se pudesse, por meio das plantations e da exploração ao máximo da mão de obra escravizada, produzir o que o mercado capitalista da Revolução Industrial demandava. Para tal contexto, as resignificações se deram em vários aspectos, como: nas estratégias de confinamento e coerção dos escravizados, essenciais para o controle da escravidão, ainda mais com o fim do tráfico de escravizados e a Revolução de São Domingo; no poder social e econômico dessa elite escravista, como se pode ver condensado nos caracteres de poder

e controle representados simbolicamente na arquitetura das casas-grandes inspiradas no modelo palladiano; e, por fim, na penetração dessa elite na política imperial – como os símbolos das palmeiras imperiais denunciam a intenção na arquitetura e os trabalhos já citados salientam por intermédio de outras fontes documentais – que fora estratégia essencial para manutenção da escravidão e para a conservação da ordem senhorial escravista.

Esse contexto histórico e a análise crítica da ideologia colonizada permitem derrubar os mitos e o ufanismo em torno dos barões do café e da elite cafeeira como locomotiva da formação econômica do país, presente ainda em produções cinematográficas, televisivas e em material didático em constante contato com nossos estudantes. Somente quando considerarmos o caráter opressivo de atraso civilizacional e econômico da escravidão na sociedade brasileira, a ideologia racista, compreendermos que ela, a escravidão, se insere no contexto de formação do capitalismo mercantil e industrial e responsabilizarmos as elites e o Estado brasileiro como promotores e financiadores dessa barbárie, poderemos enfrentar de fato o racismo que estrutura a nossa sociedade e edificar novos horizontes.

Diante disso, esse trabalho trouxe uma proposta de desconstrução e reconstrução de análise de fontes visuais que revelam a arquitetura das plantations para compreender como a opressão se manifestou também no aspecto socioespacial na forma de segregação. Assim sendo, é necessário considerar que “a consciência histórica trata do passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança” (RÜSEN, 2010, p. 57). Por isso, é preciso ter no horizonte das aulas de História um diálogo com as questões contemporâneas. No caso debatido nesse trabalho, deve-se considerar que no momento histórico subsequente à segunda

escravidão, com o racismo e a segregação entranhados na mentalidade das elites e do Estado brasileiro, a segregação socioespacial e racial produzida nas plantations se reproduz e se estende para o ambiente urbano nos séculos XIX e XX, e hoje se manifesta nos “enclaves fortificados”: shoppings, condomínios, clubes, universidades etc.

Para dimensionar as consequências desse processo histórico na contemporaneidade e constatar que ele ainda não foi superado e que é preciso enfrentá-lo, basta olhar para os dados do IBGE de 2010, que revelam que a população negra, mesmo em famílias com renda semelhantes a de famílias brancas, residem em bairros mais periféricos. Isso revela que a segregação racial no Brasil ainda estrutura e organiza a sociedade, controlando

os lugares que a população outrora oprimida reside, frequenta ou estuda. Ou seja, pode-se concluir que a sociedade brasileira reproduz a arquitetura da segregação socioespacial e racial que produziu na escravidão nos mais diversos espaços sociais contemporâneos. Diante disso, faz-se necessário o debate crítico sobre a nossa história colonial para que a superemos, para isso é necessário engajar-se na descolonização dos currículos escolares para formarmos cidadãos conscientes das opressões e segregações raciais, sociais e espaciais que organizaram a sociedade brasileira e por ela são reproduzidas em um processo de continuidade histórica que exige ruptura. Essa ruptura passa, sem dúvidas, pela formação escolar, pelo conhecimento científico e pelo enfrentamento político.

Referências

- BERBEL, M.; MARQUESE, R.; PARRON, T. **Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790 – 1850**. São Paulo: FAPESP, HUCITEC, 2010.
- CARVALHO, J. M. **A construção da ordem & Teatro de sombras**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.
- DEAN, W. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- FARIA, S. C. **Barões do café**. São Paulo: Atual, 2005. (Coleção A vida no tempo da corte).
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- FRAGOSO, J. **Barões do café e o sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FREYRE, G. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX [1922]**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, N. L. **Indagações sobre o currículo**: diversidade e currículo. Brasília: MEC, 2007.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

MARQUESE, R. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-57, jan./jun. 2006.

MARQUESE, R.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**: volume II:1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARQUESE, R. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, p. 83-128, jan./jul. 2010.

MENESES, U. T. B. Rumo a uma história visual. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby (org.) **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2005.

SALLES, R. **E o Vale era o escravo**: Vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHMIDT, M. A. M. **Didática reconstrutiva da história**. Curitiba: CRV, 2020.

SCHMIDT, M. A. M; BARCA, I.; MARTINS, E. R. **Jörn Rüsen** e o ensino de História. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

STEIN, S. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

STEIN, S. **Vassouras**: um município brasileiro do café, 1850 – 1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TOMICH, D. **Pelo prisma da escravidão**: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

